

Prefácio

Maura Corcini Lopes

Como citar (NBR6023/2025):

LOPES, Maura Corcini. Prefácio. *In*: PAGINI, Pedro Angelo. **Corpos deficientes e educação inclusiva**: entre a interseccionalidade e as filosofias da diferença. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2026. p.11-15. DOI: <https://doi.org/10.36311/2026.978-65-5954-689-3.p11-15>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

Há livros que chegam como encontros de amizade, trazendo consigo a urgência de um mundo que precisa ser reinventado agora. O livro de Pedro Angelo Pagni é um desses encontros. Nele, reconheço o amigo com quem convivo intensamente por meio das leituras; o pesquisador que insiste em interrogar aquilo que, no cotidiano da escola e da vida, preferimos não escutar; o autor que nos convoca a ir às raízes de nossas certezas sobre deficiência, diferença e inclusão.

O prazer do encontro proporcionado pela leitura, em primeira mão, deste livro que ora prefácio, deu-me a cara oportunidade de aprender, (des)organizar pensamentos e afinar teorizações; mais do que isso, manteve-me em diálogo permanente com Pedro, ora seguindo o fio de seu raciocínio e o rigor de suas discussões, ora elaborando e tensionando conceitos que há muito me ocupam, como o de inclusão, que aqui reencontro deslocado, expandido e convocado a dizer mais do que a norma permite.

Resumindo o que sinto e que, de muitas maneiras, fica evidente neste prefácio, tenho uma imensa vontade de abrir a roda de discussão sobre o livro de Pedro: *tanto* para compreender o que ele nos traz de novo ao flertar e inspirar-se em teorizações que, por suas radicalidades — e, no campo dos estudos da deficiência, por sua raridade — nos permitem ver de outras formas o que está posto, *quanto* para seguir pensando conceitos que já antecipo e aqui coloco, a fim de explicitar as tensões que se acentuam após a leitura. Entre elas, a própria inclusão, agora deslocada, expandida, estra-

çalhada pedagogicamente como a conhecemos e convocada a dizer mais e junto com quem importa. Ao dizer isso antecipo que este Prefácio é o resultante, em parte, daquilo que Pedro escreve com tamanha competência técnica, generosidade acadêmica e ineditismo; por outra parte, é o que ele me faz pensar e levar adiante no diálogo que seus escritos travaram comigo.

Venho defendendo, há algum tempo, a noção de *inclusão radical* ou de *inclusão aberta* — radical não no sentido estéril da intransigência, mas como o gesto de “ir às raízes”, pensar a partir da experiência com o outro, desautorizar homogeneizações, recusar reduções de formas de vida. Inclusão radical ou aberta, é, para mim, virar as costas a qualquer leitura fixada na clínica, no normalismo, no identitarismo que clausura; é horizontalizar relações, instituindo a diferença como princípio de convivência e não como exceção a ser tolerada.

É nessa busca por outras bases de análise que me encontrei, ao apagar as luzes do mês de novembro de 2025, com Pedro no 10º SBECE¹, nós dois compondo uma mesa que tinha como tema “Inclusão e os Estudos Culturais”. Mesmo sem conversarmos há bastante tempo e sem nos escutarmos mutuamente, havia uma sintonia mobilizadora em nossas falas. Pedro me presenteou naquele momento com discussões que me mantiveram inquieta e desejanse de desdobramentos. E, para minha alegria, ele me convidou para ler e prefaciá-lo o livro que você tem nas mãos.

Pedro nos mostra que ressignificar a inclusão passa por deslocar o foco da medicina para a política do social, das identidades fixas para as corporeidades situadas; e, depois, radicalizar esse deslocamento ao articular a interseccionalidade com as teorias *queer* e *crip*, abrindo a cena para a dissidência dos corpos e para os processos de subjetivação que eles instauram. O livro caminha dessa encruzilhada teórica até as filosofias da diferença, compondo um percurso que recusa saídas fáceis e prefere problemas bons, quais sejam, aqueles que nos obrigam a repensar os próprios instrumentos com que pensamos.

¹ Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Porto Alegre, em novembro de 2025.

Ao reescrever, com rigor e imaginação, a conversa entre modelos sociais da deficiência, interseccionalidade e filosofias da diferença (Foucault, Deleuze, Guattari, Deligny, Derrida, Lyotard), a obra faz emergir um léxico que desloca a gramática da inclusão: acontecimento, normatividade vital, corpo comum, cartografias. É desse léxico que brota a proposição mais incômoda e necessária do livro: a deficiência como problema filosófico, não um déficit a ser corrigido, mas uma singularidade que nos induz a ler a educação desde os seus limites, desde o ponto em que o normalismo perde a fala e o encontro com o outro requer outras línguas e outros mapas.

Se a palavra “inclusão” foi forjada e capturada por discursos de adaptação, normalização, normatividade e funcionalidade, não a entregaremos. Escolher continuar nomeando de inclusão as práticas de resistência é disputar o sentido do comum. É afirmar que inclusão não é o conjunto de dispositivos que normalizam corpos, mas a política que abre o comum à diferença. Por isso, a inclusão radical ou aberta não se confunde com a negação das políticas conquistadas; ao contrário, ela habita os marcos legais e as garantias de direitos como piso ético-político e, daí, opera deslocamentos. É nesse ponto que proponho a leitura e um diálogo com a obra de Pedro, um nome para o gesto que se move por dentro das estruturas: inclusão contracondutiva. Inclusão contracondutiva é a prática de resistência que assume a inclusão como campo de força e a habita “por dentro” dos dispositivos e políticas, sem lhes virar as costas; reconhece as conquistas biopolíticas que asseguram direitos fundamentais como o mínimo irreunciável e, a partir daí, produz fissuras na governamentalidade normalizadora por meio de gestos filosóficos que proclamam a diferença. Não se limita a adaptar sujeitos às normas; compõe mundos com eles. Opera por contracondutas: pequenas variações e desvios, fabulações, estratégias, cartografias de gestos, alianças minoritárias e reescritas de protocolos que deslocam o eixo da correção para o encontro. É inclusão porque disputa o significado do comum; é contracondutiva porque desvia o vetor do poder em direção à potência dos corpos em presença.

Esse modo de nomear não é mero ornamento vocabular ou teórico. Ele implica práticas concretas na escola e nas políticas públicas. Implica que o Atendimento Educacional Especializado deixe de ser oficina de re-

paro e se torne espaço de composição; que a avaliação abandone o fetiche da medida e se converta em leitura cuidadosa de processos; que o currículo deixe de ser régua de normalização e passe a ser campo aberto para experimentações de linguagem, movimento, sensibilidades. Implica reconhecer que o direito é condição de possibilidade, e não horizonte de chegada; e, sobretudo, que a diferença não é obstáculo a ser vencido, mas princípio de vida comum.

As cartografias que Pedro convoca, inspiradas em Deligny, em Foucault, em Deleuze e Guattari, testemunham esse deslocamento. Não se trata de percorrer a escola com pranchetas que coletam evidências para reconfirmar o mesmo; trata-se de desenhar linhas de errância, mapear gestos e afetos, registrar heterotopias que os corpos deficientes ativam quando se movem, silenciam ou falam. Cartografar, nesse sentido, é produzir conhecimento em aliança com a experiência, e não sobre ela; é fazer do mapa um dispositivo de invenção do comum, não um decalque do que já está dado. Em chave contracondutiva, cartografar é escrever por dentro do direito, deslocando seus protocolos sem destruí-los, abrindo fendas por onde o acontecimento da diferença possa operar sem ser imediatamente capturado.

Dessa perspectiva, a educação inclusiva torna-se insuficiente quando reduzida a acessos, serviços e adaptações curriculares que mantêm intacta a arquitetura normalizadora. O que se pede aqui é outra coisa: uma virada estético-política que reconheça a diferença como princípio regulador e aceite que a escola seja atravessada por conflitos, por devires, por alianças improváveis, e que, nesse atravessamento, se reforme desde a gestão ao currículo, passando pela didática e pela formação docente. Incluir deixa de ser um substantivo e passa a ser um verbo que se conjuga com as e junto às existências ímpares; e, quando conjugado contracondutivamente, é verbo que cria.

Pedro escreve como quem se recusa a confortos metodológicos. Em vez de ofertar fórmulas, ele nos entrega instrumentos: uma política de alianças, uma ética da amizade, um cuidado com a proximidade necessária para que o diálogo aconteça, mesmo quando não há palavra compartilhada. Seu gesto é, antes de tudo, filosófico: proclama a diferença não como bandeira identitária, mas como prática do pensamento, como disposição

de escuta, como coragem de se deixar desorganizar pelo outro. E nos deixa um chamado: cartografar as potências, visibilizar as linhas de errância, criar espaços nos quais o acontecimento da diferença possa operar sem ser imediatamente capturado.

Para quem, como eu, anda inquieta com o esgotamento dos paradigmas que traduzem a deficiência na educação, este livro é um alento e um convite. Alento, porque nos lembra que pensar é, às vezes, reencontrar a coragem de dizer não às facilidades do senso comum. Convite, porque nos convoca a virar o rosto na direção das vidas que o normalismo insiste em tornar invisíveis, e a habitá-las com o cuidado de quem reconhece que toda diferença é uma chance de reaprender o comum. E, sobretudo, porque nos oferece palavras e práticas para manter a disputa pelo nome que não queremos entregar: inclusão — agora, consciente de seu caráter radical e contracondutivo.

Pedro, meu amigo: a tua obra nos ajuda a dar nome a esse gesto e a praticá-lo com a responsabilidade de quem sabe que pensar não é só argumentar; pensar é inventar mundo. Que este livro alcance muitas mãos e que, em cada leitura, uma nova cartografia se desenhe sobre a pele da escola e da cidade.

São Leopoldo, janeiro de 2026.

Maura Corcini Lopes